

CULTURA E TELEVISÃO

Não se trata de amaldiçoar a televisão, que alguém já definiu como máquina de fazer doidos. Nem mesmo de a condenar ou pretender de algum modo a sua abolição. Afinal, todos vêem e ouvem os seus programas, e não são poucos os que, mesmo fazendo parte de uma platéia mais exigente, se amarram à novelazinha vespéral chocha e insequente. Trata-se — isto sim — de clamar contra a extrema indigência cultural da matéria que nos serve, inutilizando com tal procedimento um poderoso mecanismo de comunicação que poderia ser destinado a melhor serviço.

A coisa é tão evidente que nem precisa ser demonstrada. Por isso, cuida-se logo de a desculpar, invocando a marca empresarial com que se caracterizou e fixou entre nós. Produto caro, precisa, para que se possa manter, de patrocinadores e anunciantes, e estes, envolvidos na mesma malha do interesse comercial, só aparecem se a sua mensagem alcança o grande público. Ora, não é possível atingi-lo com as vistas postas além de sua capacidade receptiva. Tudo certo, o que entretanto não justifica alçar cantores populares ou artistas da cena ligeira a gloriosos paladinos de causas em que são jejunos. Ainda há pouco vimos um antigo rei das canchas, nostálgico da evidência perdida, a dissertar sobre Economia com tal suficiência que se diria adequada ad usum Delphini Nepotis.

O que vale é que algumas oportunidades, infelizmente pouco frequentes, costumam aparecer, em que não é de todo impossível

conciliar interesses. Tão complexa é a vida social e tão esquisitos podem ser os movimentos da agitação humana, que uma ou outra vez uma faixa ponderável de público se deixa tocar por cuidados do espírito, senão substancialmente propensos à cultura, ao menos eventualmente ligados a ela. É o caso dos telecursos, que procuram responder aos reclamos de uma educação chamada supletiva, a qual só pelo nome denuncia certa falência do sistema educacional, e é o caso dos exames ou concursos vestibulares às escolas de nível superior, já classificadas como guerra do vestibular, os quais não depõem melhor a respeito do mesmo sistema.

Nossas emissoras — diga-se em abono dos que as governam — não têm deixado escapar tais oportunidades. Como as têm aproveitado é toda uma outra questão.

Creio que o leitor já terá vivido a situação aqui descrita. Está ele diante do receptor a compassar pelo menos o noticiário do dia, e eis que de repente lhe aparece uma professora (ou por ela uma dessas moças que, segundo se diz, fotografam bem, e que não é — confesso — muito comum na fauna pedagógica), a qual começa a prelecionar em tom de grande segurança:

— Nós só podemos nos comunicar corretamente, se conhecemos o sentido exato das palavras...

Ato contínuo, e antes que se dê conta de que a frase, em termos de absoluta correção, tem por onde se lhe pegue, suspende-se a figuração escolar, e um locutor de voz artificial esclarece:

— Esta é uma aula do Telecurso 2º Grau. Você aprenderá coisas maravilhosas sobre a língua portuguesa, etc., etc.

Maravilhosas e decepcionantes! Eu, pelo menos, fiquei sabendo, ao chegar aos quarenta anos de docência universitária, que

não fui capaz de me comunicar corretamente com os meus milhares de alunos, pois a verdade é que até hoje não sei o que quer dizer o tal sentido exato das palavras.

Ao contrário, o que logo me ensinaram e em seguida pude confirmar no trato dos livros é que as palavras não têm sentido exato. Nem poderiam ter. Com efeito, mal podemos imaginar a suposição de um sentido exato das palavras sem admitir que há de início uns tantos sentidos, no domínio do pensamento, aos quais se ajustam as palavras no campo da linguagem. Ou, virando o bico ao prego, que há palavras armazenadas, como um dicionário ideal, em algum reservatório da linguagem, localizado aí por misteriosa circunvolução cerebral, as quais se podem colocar a serviço de um pensamento armado independentemente delas.

Esse é, aliás, um ponto que tocaria a questão da anterioridade do pensamento sobre a linguagem ou da linguagem sobre o pensamento, ponto a que nem a filosofia, nem as ciências da linguagem até hoje conseguiram chegar. Sabe-se( eis uma verdade) que muitas observações de pensadores e cientistas supõem influências recíprocas, por assim dizer, uma interdependência entre o pensamento e a linguagem, mas, em nenhuma hipótese, são elas suficientes para solucionar o problema da anterioridade de um sobre a outra.

A questão é ainda aqui a da inseparabilidade da forma e do conteúdo, que andou suscitando discussões entre os retóricos. A tese de que as emissões fônicas seriam próprias dos domínios da linguagem, enquanto o sentido das palavras pertenceria ao campo do pensamento, é uma velharia que ninguém hoje gostaria de ver ressuscitada. Não se pode conceber a idéia de pensar independentemente da idéia de falar, eis o que parece tranquilo, mas as relações entre uma e outra esfera se fazem, segundo os entendidos,

num campo tão profundo que não chegamos a discernir o seu mistério.

Seja como for, o que parece certo (e a muito mais não se pode pretender) é que o homem pensa com a ajuda de palavras. Segundo Alfred Binet, na obra L'étude expérimentale de l'intelligence (Paris, 1903), citado por A. Rosetti, Le mot — Esquisse d'une théorie générale (Compenhague-Bucarest, 1947), p. 10, o pensamento é um ato inconsciente do espírito, o qual, para se tornar consciente, tem necessidade de se revestir de palavras e de imagens. Ocorre, no entanto, que as palavras não pululam por aí, amontoadas e dispersas, como vespas em um formigueiro. Organizam-se e constituem um sistema, que se chama Gramática no bom sentido, e esse mesmo sistema, que é um sistema de signos, é imposto aos indivíduos pela sociedade, do que resulta, em última análise, que é a sociedade quem nos oferece a cada um de nós a possibilidade de pensar. Ocorre ainda que o pensamento é mais rico do que a linguagem, desborda da carcaça das palavras, seu suporte fônico, e é, por mais simples que o possamos imaginar, incomunicável em toda a essência e complexidade. Daí ser a comunicação, por mais perfeita ou correta que se imagine, uma imagem esquemática ou deformada do pensamento original.

Basta isso para que se avalie como a linguagem seria imprestável para exprimir a vária gradação ou os diferentes matices do pensamento, se fosse constituída de palavras dotadas de significação exata, precisa ou claramente definida. E, por outro lado, como o nosso pensamento melhor se há de exprimir em sua complexidade original se as palavras com que o revestimos tiverem um sentido impreciso ou não perfeitamente definido, capaz de se ajustar à realidade mentada.

A propósito, nosso velho João Ribeiro, criatura intelligen-

tíssima, cuja obra escrita em princípios do século prenuncia tantas teses da ciência atual, pôs no pórtico de um dos seus mais estimados livros - Curiosidades verbais (São Paulo, 1927), p.10 — a seguinte advertência:

A primeira observação que faço é que as palavras nunca são precisas e exatas. Cercam-se ordinariamente de um halo que esfuma as linhas de contorno; sempre dizem algo mais do que parecem dizer.

Citando William James, o criador do pragmatismo, lembra que foi o filósofo americano quem criou na Psicologia, no capítulo referente às idéias a expressões, o termo fringe para designar as "franjas" das palavras, a saber, aquilo que a palavra diz além de suas próprias fronteiras: exprime o que pretende exprimir, mas projeta a mais dessa expressão uma zona de expansão por assim dizer imponderável. Não há, pois, exagero em afirmar que é o próprio sentido inexato das palavras que permite à linguagem exprimir com maior exatidão o pensamento. Nem diz coisa muito diferente o fato de existirem línguas especiais, as quais, como ocorre com a terminologia científica, sempre que querem ser rigorosas, procuram contornar as linhas da indecisão semântica por meio da fixação específica de uma acepção do vocábulo. Tentativa — diga-se de passagem — frequentemente frustrada, já que é quase sempre forçada a apelar para símbolos gráficos e fórmulas algébricas.

Resumindo: a palavra isolada não tem sentido preciso; adquire-o nos grupos ou conjuntos de que participa, segundo as circunstâncias de um contexto. Ao que informa A. Rosetti, na obra já aqui citada, há mesmo línguas, como o aranta, espécie de dialeto de uma povoação primitiva da Austrália Central, em que os vocábulos nada dizem enquanto não são postos numa situação contextual. Caso idêntico, ajunta o autor, é o do chinês, em que os

falantes só tomam consciência de grupos vocabulares previamente estabelecidos, devendo-se a riqueza do emprego das palavras na formação dos diferentes grupos exatamente à imprecisão de sentido do vocábulo isolado. (Cf. Obra cit., pp. 36 e 38) Na verdade, trata-se de um fato geral, que por isso mesmo dispensa a exemplificação de línguas exóticas. Na análise do discurso literário, mostra Maurice-Jean Lefebvre, em Estrutura do discurso da poesia e da narrativa (trad. port., Coimbra, 1975), p.160 e ss., que o sentido geral das palavras, por ele chamado conceptual, corresponde a uma imagem esbatida e fugaz, a qual só se precisa quando é posta numa situação. Ora, tal situação outra coisa não é que o grupo de que participa ou o contexto em que se insere.

Comunicar-se com correção não é, pois, tarefa de quem simplesmente conhece o sentido exato das palavras, mas de quem reconhecendo a sua complexa inexatidão ou maleabilidade semântica, seja capaz de criar grupos ou conjuntos significativos num contexto particular. Nem é outra coisa o que se chama aprender a escrever.

Pelo que toca aos exames ou concursos vestibulares, creio que a televisão ainda não se lembrou de oferecer cursos preparatórios aos jovens que a eles se destinam. Tem sido mero veículo da expansão dos chamados  cursinhos  e de poderosas empresas consagradas à aplicação de testes, como ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Com efeito, a partir do momento em que uma infeliz reforma universitária converteu a prova de classificação no monstro hipocampelefantocâmelos que aí está, a maratona virou orgia. Nem era para menos. Segundo se divulgou, só uma universidade federal (e não é a maior) gastou, com a sua realização, perto de cinquenta milhões. Some-se a isso uma política de construção de cam-

pos universitários por meio de administração e serviços próprios, em que só com o funcionalismo técnico e burocrático e mais projetos, sedes e instalações se gasta o equivalente à construção de um bom prédio escolar, multiplique-se tudo pelas quase três dezenas de instituições similares do país, e talvez se conclua que a propalada falta de verbas destinadas à educação é matéria para ser repensada.

Mas essa é outra questão. Ao que diz com as letras nacionais (e só destas me ocupo aqui), o que se viu nas famosas diccas dos amestradores de como melhor responder a esta ou àquela pergunta da prova foi de estarrecer um penhasco. Num ponto, eles talvez não têm culpa. A seleção de meia dúzia de livros (nem mais um!), que devia ser expressiva da evolução literária do país, uma vez que, de acordo com a lei e o bom senso, a prova visa a verificar o nível de instrução do segundo grau, nem sempre é das mais felizes. Responde a indisfarçáveis preferências pessoais, e é quase sempre calcada na lista dos "mais vendidos" ou em peças teatrais de "sucesso" na hora. Espanta mesmo que não tenha ainda contemplado O Analista de Bagé. Por outro lado, força posições críticas, como a da inserção da obra no meio social de que surgiu e seu relacionamento com os problemas atuais, o que, não chegando a refletir os rumos preferidos da crítica atual, acaba por dar uma visão parcialíssima, quando não desfiguradora, da Literatura. O resultado é que os prope-deutas dos cursinhos se vêm em palpos de aranha e são forçados a imaginar coisas de que se saem com algum desembaraço e muito pouca ciência.

Veja-se, por exemplo, isto. Um acaso de calendário aproximou, sem maior razão, os nomes de Monteiro Lobato e Menotti del Picchia, donde dos seis livros previstos dois serem logo

ocupados por Urupês e Juca Mulato. Este último se impunha, já que se tratava de celebrar o cinquentenário de publicação do poema. Quanto ao outro, só podia ser o que foi, pois, sendo o Juca uma personagem cabocla de poema regionalista, Urupês vinha a calhar — era a obra em que o escritor paulista criara a figura do Jeca-Tatu. E toca a buscar relações entre o baboso enrabichado na filha da patroa e o piraquara do Paraíba, preguiçoso e lerdo, cuja atividade se resume em ruminar todas as cismas da lombeira modorrenta. Mas — pergunta-se — Juca Mulato é Jeca-Tatu? De modo nenhum, é exatamente o seu contrário, mito do bom caboclo, descendente direto do bom selvagem com que o Regionalismo substituiu ao Indianismo a figura idealizada, contra a qual se rebela, no texto em causa, o autor de Urupês. Mas há mais. Se a questão era caracterizar de algum modo a obra, o texto que configura o Jeca não deveria ser tomado como seu resumo, pois se trata de página excrescente, adicionada ao volume original, como se vê do Prefácio da segunda edição, e afinal desfigura o livro, que é uma coletânea de contos. Fica-se, por esse caminho, próximo daquela definição do açúcar — substância que torna o café amargo, quando não é usada.

A respeito de Sagarana, de Guimarães Rosa, não foram ditas mais do que generalidades perfeitamente aplicáveis a qualquer outra obra de qualquer escritor do gênero.

Mas o melhor ficou mesmo no relacionamento da determinante social perceptível em Fogo Morto, de José Lins do Rego, Ana Terra, de Érico Veríssimo, e Jorge, um Brasileiro, de Osvaldo França Júnior. Já não me lembra o que foi dito do romance sul-riograndense. Do paraibano apenas se afirmou o óbvio, a saber, que reflete a decadência do patriarcalismo rural com base na monocultura da cana-de-açúcar. Dizer, no entanto, que o



livro do mineiro exprime uma fase da vida nacional, nascida com a fundação de Brasília e a expansão rodoviária pelo nosso território, é o mesmo que afirmar que O Ateneu, de Raul Pompéia, prescreve a difusão das companhias de seguros contra incêndios ou que o Quincas Borba, de Machado de Assis, já antevê a necessidade da implantação das cadernetas de poupança como penhor de tranquilidade futura.

O que é tudo uma questão de literatura brasileira muito específica — a Literatura Brasileira vestibulo-televisiva...